

Roupa rastreada ajuda a combater trabalho escravo

Por Rafael Gregorio

Lançada há dois meses, uma iniciativa propõe mapear a cadeia de costureiros responsáveis pela confecção de uma peça de roupa. Para isso, o projeto Tag Alinha usa o blockchain, a tecnologia do bitcoin.

A ideia é permitir que o consumidor rastreie pelo celular a roupa que quer comprar, deixando de lado grifes que toleram trabalho escravo.

"Nosso foco é a enorme quantidade de oficinas ilegais, invisíveis e precárias, no setor da moda", diz Dariele Jamile dos Santos, fundadora do Instituto Alinha, uma organização social sem fins lucrativos, responsável pelo projeto.

Há oficinas que praticam jornadas de trabalho de 15 horas, sem folgas e sem registro em carteira. O salário fica entre R\$ 3 e R\$ 4 por hora - o piso da categoria é de R\$ 32. Em casos extremos, o direito de ir e vir não é respeitado.

Em 2018, mais de 81 mil trabalhadores foram resgatados de situação de trabalho escravo ou forçado no Brasil, segundo o Ministério Público do Trabalho. Desse total, 2% trabalhavam em confecções.

No Estado de São Paulo, foram localizadas 3 mil pessoas nessa condição e 35% trabalhavam em oficinas de costura.

Grifes pequenas e médias, que respondem por 76% da produção total de moda no país, são o foco do instituto.

As empresas que encomendam peças a oficinas de costura podem acessar o banco de dados da Alinha, pagando uma taxa de R\$ 420 por seis meses ou R\$ 600 por um ano.

Também há uma opção de R\$ 630 a R\$ 900 para as que desejem ser "parceiras da causa".

Até agora, 233 empresas estão conectadas ao Instituto, autorizadas a negociar com as oficinas formalizadas. O instituto, que já tem cinco anos, regularizou 100 oficinas.

INFORME

No Estado de São Paulo há entre 8 mil e 13 mil oficinas. Após mapear esse mercado, Dariele concluiu que seria preciso fazer mais do que regularizar oficinas. Nasceu, então, o projeto para rastrear peças de roupa, o Tag Alinha.

A proposta é ambiciosa, mas tem um aliado: o blockchain.

Este sistema usa criptografia e algoritmos para registrar transações de moedas digitais, mas vem sendo aplicado para registrar outras operações - de compra e venda de diamantes a contratos imobiliários.

No Tag Alinha, o blockchain reúne e valida os relatos dos costureiros sobre quanto receberam e em que condições. "Para a marca, basta fazer login no site", explica Dariele. Já para os costureiros, o acesso se dá pelo celular.

Funciona assim: os trabalhadores vão indicando a si mesmos ou a colegas na cadeia de produção de um item.

Quando uma oficina é mencionada, o sistema dispara notificações para o responsável pela empresa e para os costureiros.

Pelo celular, eles informam quem cortou, quem costurou e quanto cada um recebeu. Cada relato gera um novo bloco que é gravado na cadeia e identificado por uma senha, a "hash".

O processo seria pouco viável sem a tecnologia do blockchain. "A transparência, a descentralização e a assinatura digital tornam tudo confiável", diz Dariele.

O histórico, ou a cadeia de blocos de informação, de cada peça é publicado em um site que o consumidor pode acessar, digitando um código de seis dígitos que vem na etiqueta.

Até aqui, o projeto rastreou quase 450 peças de roupas de três marcas - Fio Ateliê, Lov Lity e Fruta Pão Plus.

"Nosso objetivo é gerar impacto positivo na vida desses trabalhadores", diz Dariele.

Ver a reportagem completa no site valorinveste.globo.com

(Fonte: Valor Econômico – 02/08/2019)

2